

## ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA DEMOCRÁTICA

### *ESSAY ON DEMOCRATIC BLINDNESS*

José Alberto da Silva CURADO\*

#### RESUMO

*O advento do modo de produção capitalista trouxe consigo as Declarações dos Direitos Humanos, que definem o que seria a cidadania. A sua existência é a capa legitimadora e diferenciadora deste sistema econômico perante aqueles que a ele estão submetidos. Entretanto, a “roda viva” da base econômica permite que somente os ‘homens de bens’ sejam considerados ‘homens de bem’. Por isso, apesar de haver uma Constituição que, estando acima das leis, deve ser respeitada por todos, ela vem sendo sistematicamente violada, em matéria de direitos sociais, pelos ‘homens de bens’. Esta contradição entre o que está definido no universo jurídico-político e como se organizam as relações de produção econômica permite proliferar a ilegalidade nas relações de trabalho, de propriedade, de reprodução social, o que será justificado pela afirmativa de que o respeito aos direitos fundamentais de caráter social estaria submetido ao princípio da ‘reserva do possível’. Desta maneira, está consolidado o embate entre tribunais acusados de insensibilidade econômica e governos – representantes dos ‘homens de bens’ - acusados de insensibilidade jurídica.*

**Palavras-chaves:** “direitos”, “deveres”, “trabalho”, “desemprego estrutural”, “democracia representativa”, “democracia participativa”, “direitos humanos”.

#### ABSTRACT

*The advent of capitalist production has brought the Declarations of Human Rights, which define what citizenship should be. Their existence is the legitimating and differentiating cover of this economic system for those that are submitted to it. Nevertheless, the “living cycle” of the economic basis allows that only “rich men” are considered “good men”. Thus, although there is a Constitution, which is above all laws, and must be respected by all, it has been systematically violated, as far as human rights are concerned, by the “rich men”. This contradiction between what is legally and politically defined and how the economic relationships are organized leads to the proliferation of the illegitimacy in work relationships, property, social reproduction, what will be justified by the affirmation that the respect of the social fundamental*

---

(\*) Sociólogo, Fundador, diretor e pesquisador do Instituto de Humanização (IDH) com sede em Montevideo (República Oriental do Uruguai) e sub-sede em Porto Alegre (Brasil). Presidente da ONG Campinas Viva

*rights would be submitted to the principle of “possible reserve” (?). Thus, the shock between the courts accused of economic insensibility and the governments, representing “rich men”, accused of legal insensibility, has been consolidated.*

**Key words:** *rights; duties; work; structural unemployment; representative democracy; participative democracy; human rights.*

## ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA DEMOCRÁTICA

### I – O que possibilitou a existência da cidadania no mundo moderno: comentários iniciais sobre um doce na vitrine (a cidadania) que não é consumido pela maioria.

Não constitui uma novidade afirmarmos que somos – enquanto cidadãos – conseqüência direta da “*Declaração Francesa dos Direitos Humanos e do Cidadão*” (1789), que possui, entre outros, dois princípios soberanos:

- *Que a vontade daqueles que estão no poder não pode ser a justificativa final e válida de ações que afetam os interesses vitais dos indivíduos;*
- *Que o simples fato de ser humano já basta por si só para autorizar a reivindicação de bens específicos que são fundamentais para uma vida digna e autônoma.*

Se o primeiro, destes princípios, limita o poder de um governante, já que tendo sido eleito em nome de uma cidadania, em seu nome exercerá o seu poder; no segundo, está descrita como a sociedade democrático-burguesa enxergaria, a partir desse momento, cada ser que nasce.

A partir deste princípio, torna-se possível afirmar que o que nos distingue, do que ocorria nas sociedades anteriores, é que cada ser que nasce, nasce cidadão; portanto, não surge, imediatamente, como trabalhador. E, sendo assim, ao ser gerado, tem uma série de direitos perante a sociedade que o recebe e, esta, tem em relação a ele, uma série de deveres, que se materializam nas condições sociais que lhe serão asseguradas, e que lhe irão permitir um desenvolvimento digno e autônomo, nas diversas etapas da sua evolução.

Este “*contrato social*” – usando um conceito rousseauiano – permitirá a cada cidadão que

nasce vestir, na fase adulta, o papel de produtor de bens materiais ou simbólicos, de uma maneira produtiva e criativa, podendo, dessa maneira, retornar para a sociedade, os direitos que dela recebeu nas etapas anteriores da sua vida; e, então, assumir os deveres perante os novos seres que nascerão.

Esta mudança qualitativa na forma de olhar a relação humana, conseguida com o advento da Revolução Francesa, irá, mais tarde, possibilitar outras Declarações, que detalharão o que significa ter o status de cidadão, em diversos campos da existência humana.

Assim, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, adotada em 10/12/1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, estipularia no artigo 23 que:

- *Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições eqüitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego;*
- *Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual;*
- *Quem trabalha tem direito a uma remuneração eqüitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família, uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.*

Por sua vez, o Preâmbulo da Constituição francesa de 1946 irá afirmar que:

- *Cada um tem o direito de trabalhar e de obter um emprego. [...] A nação garante a todos, sobretudo à criança, à mãe e aos trabalhadores idosos, a proteção da saúde, a segurança material, o repouso e o lazer. Todo ser que, em razão de sua idade, de seu estado físico*

*ou mental, da situação econômica, se encontra na incapacidade de trabalhar, tem o direito de obter da coletividade, meios decentes de existência. A nação garante o acesso tanto da criança quanto do adulto à instrução, à formação profissional e à cultura.*

Este preâmbulo é característico da sociedade salarial, que se aprimora no período pós Segunda Guerra Mundial, e que desenvolve uma vigorosa sociologia crítica em torno de três temáticas principais:

- A colocação em evidência da reprodução das desigualdades, sobretudo nos domínios da educação e da cultura;
- A denúncia da perpetuação da injustiça social e da exploração da força de trabalho;
- A recusa ao tratamento, que seria indigno de uma sociedade democrática, reservado a algumas categorias da população: prisioneiros, doentes mentais, indigentes, idosos...

É importante realçar que em todas estas Declarações e Preâmbulos se fala em direitos, já que eles estão desenhando o que seria uma sociedade constituída, prioritariamente, por cidadãos participantes (um mero pleonasma) da *polis* e, depois, pelos demais papéis sociais a serem exercidos por cada um dos seres humanos (mão-de-obra assalariada, pai, mãe, filho, amante, vizinho, etc...).

Para não provocar um sentimento maior de estranheza ou um ataque incontrolável de riso, ao compararmos o que está declarado como princípios definidores do que seria uma democracia com o desrespeito, com relação a estes mesmos Princípios, que as diversas sociedades ditas democráticas e modernas têm demonstrado cotidianamente, não iremos citar alguns artigos esclarecedores da nossa “Constituição Cidadã” (apelido carinhoso dado pelo então deputado federal Ulisses Guimarães) de 1988.

Para não ficarmos cétricos, em demasia, procuramos, em alguns dados atuais, nos tornarmos

cientes de que um grande esforço deveria estar sendo realizado pelas diversas lideranças mundiais buscando concretizar o que está definido nestas diversas Declarações e Preâmbulos e chegamos aos seguintes resultados:

### 1. Internacional:

1:1) Enquanto, as três pessoas mais ricas do planeta possuem hoje uma fortuna superior à soma dos PIBs dos 48 países mais pobres do mundo (um quarto do planeta); enquanto, em 1960, os 20% mais ricos do mundo tinham uma renda 30 vezes superior à dos 20% mais pobres, e em 1995, a diferença chegava a 82 vezes; a cada ano, 30 milhões de pessoas morrem de fome no planeta.<sup>1</sup>

1:2) Segundo o relatório “*World Development Report*” (Relatório Mundial de Desenvolvimento) de 2003 do Banco Mundial (Bird), entre 1990 e 1998, a quantidade de pessoas vivendo com menos US\$ 1 por dia (indigência total), sem a China, cresceu de 916 milhões para 961 milhões. Incluindo este país, caiu de 1,276 bilhão para 1,175 bilhão.<sup>2</sup>

### 2. Brasil:

2:1. Déficit de moradia e o direito de morar:

Em São Paulo, um paradoxo salta aos olhos: com um déficit habitacional de 380 mil domicílios, a cidade de São Paulo possui 420.327 moradias vagas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como compatibilizar imóveis vazios com tantas pessoas necessitando moradia? São em torno de 40 milhões de brasileiros morando em situação informal ou irregular. São necessários 6,6 milhões de novas unidades, existem cerca de 4,6 milhões de imóveis vazios e mais de 12 milhões precisam ser qualificadas. Sabe-se que 100% desse déficit está nas famílias com renda de 12 mínimos, mas a maior parte está nas de zero a três mínimos.

A crise de moradia e de saneamento básico é antiga e se agrava na medida em que o Estado

<sup>(1)</sup> Editorial do *Le Monde Diplomatique*, novembro/98.

<sup>(2)</sup> *Folha de São Paulo*, 21/09/2003, p. B-3.

brasileiro – União, Estados e Municípios – pouco trabalhou e pouco vem investindo nessas questões.

A orientação é respeitar o Estado de Direito democrático e as leis. E todas as partes têm que fazer isso. Está na lei, por exemplo, que o governo tem de fazer a reforma agrária. Se as leis não correspondem às necessidades, há formas democráticas de mudá-las. Inclusive a Constituição.<sup>3</sup>

Eis uma situação que exemplifica a conhecida assimetria social brasileira e pela qual o mercado, por si só, não parece ser capaz de fazer muito. As maiores vítimas do déficit habitacional obviamente são pobres. Segundo a secretária-executiva do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato, 85% desse contingente estão na faixa de renda abaixo de cinco salários mínimos. Nem mesmo os programas públicos de habitação popular têm conseguido beneficiar essas pessoas...

Divergências como essas estão a exigir a definição de políticas que possam integrar as diversas esferas envolvidas e atender à demanda dos mais necessitados. É preciso articular as ações dos governos federal, estaduais e municipais com vistas a otimizar recursos, estabelecer critérios para subsídios e atrair a iniciativa privada para parcerias.

Preocupada, muito justamente, com a fome que ainda assola parcelas da população, a nova administração federal tem um papel crucial a desempenhar na formulação e aplicação dessas políticas – caso pretenda cumprir suas promessas de governar para o social.<sup>4</sup>

## 2:2) Uma Reforma Estratégica

O Brasil foi o último país das três Américas a abolir a escravidão. Infelizmente, ainda não abolimos a discriminação, pois, dissociada da reforma agrária, ela não assegurou aos escravos libertos o acesso à terra, condenando-os a uma dupla discriminação – por serem negros e por serem pobres. Aliás, as melhores terras do nosso país foram entregues aos desempregados europeus.

Mais de cem anos depois da abolição, também não realizamos a nossa reforma agrária, o que é mais um entre tantos paradoxos neste território de dimensões continentais, que tem cerca de um terço de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, da qual mais de 4 milhões de famílias expulsas da terra, nos últimos anos, devido à expansão do latifúndio, à alta dos juros bancários e à construção de barragens.

Este país possui 600 milhões de hectares cultiváveis, dos quais 250 milhões são latifúndios – em sua maior parte improdutivos. Basta dizer que 138 milhões de hectares estão nas mãos de apenas 28 mil proprietários; 85 milhões de hectares estão nas mãos de apenas 4.236 proprietários.

Desde os anos 70, quando houve um intenso movimento migratório do sul para o centro-norte do país, o nosso território encontra-se loteado. Não há mais “terra de ninguém”. Pelo contrário; como ocorre no Pontal do Paranapanema, há inúmeros espaços ilegalmente ocupados por grileiros. Hoje, cerca de 113 mil famílias sobrevivem em acampamentos, suportando condições desumanas, à espera de serem assentadas.

A reforma agrária é uma exigência de modernização do capitalismo brasileiro, a começar por sua capacidade de absorção da mão-de-obra desempregada. Ainda é o campo que mais absorve trabalhadores, mas nem sempre permite que se tornem também produtores.

O Programa Fome Zero, que visa assegurar alimentos em quantidade e qualidade suficientes a cerca de 44 milhões de pessoas, só terá êxito se respaldado pela reforma agrária... A obtenção de terras para a sua efetivação deverá passar, necessariamente, pela desapropriação social, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal.

O importante é superar a miséria e assegurar a inclusão social dessas milhares de famílias que querem também um lugar de sol, motivadas por um dos pilares do capitalismo: o direito à propriedade. Sem a reforma agrária, nem sequer se pode garantir a elas o direito à vida, como fenômeno biológico, e à cidadania, como conquista política.<sup>5</sup>

<sup>(3)</sup> Entrevista com o Ministro das Cidades, Olívio Dutra – *Folha de São Paulo*, 11/08/2003, p. A-12.

<sup>(4)</sup> Editorial da *Folha de São Paulo*, 01/08/2003, p.A-2.

<sup>(5)</sup> Extratos do artigo **Uma reforma estratégica**, *Folha de São Paulo*, 09/08/2003, p. A-3.

### 2:3) Os sem-terra existem. E são assassinados

Para quem se espanta com o número de invasões promovidas pelos sem-terra neste ano de 2003 (101 até julho, ante 581 em 1999), seria bom prestar atenção neste dado: segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), de janeiro a agosto, 44 trabalhadores rurais foram assassinados em conflitos agrários. É praticamente uma morte a cada duas invasões e a maior média mensal de crimes (5,5) desde 1990.

A CPT também forneceu dados históricos que expressam a dramaticidade do conflito de terra no País. De 1985 a 2002, ocorreram 1.280 assassinatos de camponeses, advogados, técnicos, lideranças sindicais e religiosos ligados à questão agrária. Desse total, apenas 121 casos foram levados a julgamento. Entre os acusados de ser mandantes dos crimes, só 14 chegaram às barras dos tribunais. Metade foi absolvida.

O presidente da CPT, dom Tomás Balduino, disse que os números indicam “*parcialidade do Judiciário e do aparelho policial*”. À *Folha de São Paulo*, Andréa Pachá, diretora de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros, afirmou: “*A legislação do País foi feita para beneficiar a elite*”.

Já para os que gostam de negar a necessidade de uma reforma agrária, a CPT compilou dados mais recentes da concentração de terras e da organização produtiva no campo. Menos de 50 mil proprietários possuem áreas superiores a mil hectares e controlam 50% dos terrenos cadastrados. Cerca de 1% dos fazendeiros detém cerca de 46% de todas as áreas rurais. Em contraposição, as fazendas com mais de mil hectares empregam 4,2% da mão-de-obra rural. As propriedades entre 100 e mil hectares absorvem 39,9% dos trabalhadores. Os outros 40,7% trabalham em áreas com menos de 10 hectares.<sup>6</sup>

### 2:4) Estudo mostra 21,7 milhões em pobreza extrema

A transferência de R\$ 50 mensais para todas as famílias que vivem em pobreza extrema

diminuiria em um terço o número de brasileiros indigentes. Os cálculos foram feitos com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001 (Pnad), do IBGE, pelos professores Sônia Rocha e Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Com dados de outra pesquisa, o Censo 2000, eles concluíram que estão abaixo da linha de pobreza 57,7 milhões de pessoas no País, sendo que 21,7 milhões em situação de pobreza extrema.

O conceito de pobreza extrema refere-se à população que tem renda familiar per capita mensal inferior ao preço de uma cesta básica. Os valores em reais variam. Foram definidas 27 linhas de pobreza extrema, sendo a mais baixa de R\$ 19,67 per capita para o Norte rural e a mais alta de R\$ 44,29 per capita para a região metropolitana de São Paulo.

No estudo *Geografia da Pobreza Extrema e Vulnerabilidade à Fome*, Sônia Rocha e Roberto Cavalcanti, diretor-técnico do Instituto Nacional de Altos Estudos, mostram que o Nordeste tem a maior proporção de pobreza extrema – 21,4% da população. São 11,4 milhões de pessoas, ou 52,8% do total de indigentes. As maiores proporções de extremamente pobres estão nas cidades pequenas, de até 50 mil habitantes.

Extrema Pobreza		
Número de pessoas com renda familiar per capita abaixo do valor da cesta básica		
Brasil – 21,7 milhões de pessoas – 12,9% da população		
Região	Nº de pessoas	% da população
Nordeste	11,4 milhões	24,1
Sudeste	5,4 milhões	7,57
Norte	2,4 milhões	18,8
Sul	1,5 milhão	6,1
Centro-Oeste	855 mil	7,4

Fonte: Estudo “*Geografia da Pobreza Extrema e Vulnerabilidade à Fome*”, com base no Censo 2000<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Revista *Carta Capital*, 03/09/2003, p. 19.

<sup>7</sup> *O Estado de São Paulo*, 19/09/2003, p. A-4.

### 2:5) 67% dos brasileiros são analfabetos funcionais

Apenas 25% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são capazes de ler, entender totalmente o que está escrito e escrever corretamente, enquanto 8% são analfabetos. Outros dois grupos, nos níveis 1 e 2 de alfabetização, são analfabetos funcionais. Embora saibam ler e escrever não têm como usar esse conhecimento para entender mais de uma frase. São, respectivamente, 30% e 37% da população.

Os dados constam de uma pesquisa realizada com 2 mil pessoas em todo o País pelo Instituto Paulo Montenegro/Ibope em parceria com a organização não-governamental Ação Educativa. Um dos destaques do trabalho é o aumento, entre 2001 e 2003, da presença de mulheres no nível 3, o dos plenamente alfabetizados. Fazem parte do grupo 29% de mulheres e 21% de homens, ante, respectivamente, 28% e 24% em 2001.

Em relação a 2001, o índice de analfabetos caiu de 9% para 8% e o de analfabetos funcionais do nível 1, de 31% para 30%. O percentual de alfabetizados de nível 3 caiu de 26% para 25%, a variação que permanece dentro da margem de erro da pesquisa.

*“O que explica esses números é o brutal déficit educacional brasileiro. Cerca de 60% da população não teve oito anos de estudo”,* explica a secretária-executiva da Ação Educativa, Vera Masagão. Para reduzir o analfabetismo funcional, que causa queda de US\$ 6 bilhões anuais na produtividade dos brasileiros, ela sugere promover acesso aos livros e dar maior ênfase no ensino à leitura e à escrita.<sup>8</sup>

Enquanto Isso:

### 2:6) Bancos elevam lucros em dólar no governo Lula

O lucro de 12 dos maiores bancos do país, nos primeiros seis meses do governo Lula, foi superior ao apresentado durante todos os primeiros semestres dos oito anos do governo FHC (1995-2002). De acordo com o trabalho da

Austin Asis, o lucro nominal dos bancos no primeiro semestre deste ano somou R\$ 4,29 bilhões. O resultado é superior ao do mesmo período de 2002, que foi de R\$ 4 bilhões, tido como recorde na história do país.

Em dólar, o lucro dos bancos no primeiro semestre atingiu US\$ 1,49 bilhão, contra US\$ 1,41 bilhão de 2002 e US\$ 1,47 bilhão de 2001. Segundo Erivelto Rodrigues, presidente da Austin Asis, o lucro recorde dos bancos se deve, em primeiro lugar, à política monetária de juros altos do Banco Central. E, em segundo lugar, à volatilidade do câmbio. *“Os bancos ganham dinheiro tanto na alta como na baixa do dólar”,* afirma. Outro fator que explica o alto lucro dos bancos é o *“spread”* (diferença entre o custo de captação do dinheiro e o que é cobrado do tomador) de **cerca de 33%** ao ano cobrado pelos bancos nas operações de empréstimos. *“São os maiores ‘spreads’ do mundo”.*

	Lucro em reais (R\$ milhões)	Cotação do dólar usada na conversão, em R\$
Jun/95	603,46	0,922
Jun/98	966,991	1,158
Jun/00	2.482,611	1,8
Jun/01	3.400,651	2,305
Jun/02	4.018,774	2,844
Jun/03	4.291,252	2,871

(\*) cotação em 30 de junho de cada período Fonte: Austin Asis<sup>9</sup>

Para este ano, a Austin Asis prevê que o lucro dos bancos seja o maior da história.

### 2:7) Sinal dos Tempos

Reportagens publicadas pela *Folha*<sup>10</sup> revelam o profundo desequilíbrio entre os setores econômicos brasileiros. De um lado, ganhos elevados das instituições financeiras; de outro, a

<sup>(8)</sup> *O Estado de São Paulo*, 09/09/2003, p. A-10.

<sup>(9)</sup> *Folha de São Paulo*, 11/08/2003, p. B-1.

<sup>(10)</sup> Idem.

penúria industrial. O lucro nominal de 12 bancos atingiu R\$ 4,3 bilhões no primeiro semestre, resultando em uma rentabilidade média de 23,8% sobre o patrimônio líquido, de acordo com a consultoria Austin Asis.

A lucratividade bancária está associada à política de juros altos do Banco Central, à volatilidade da taxa de câmbio e às elevadas tarifas e taxas praticadas no mercado de crédito – em média 38,6% ao ano para empresas e 81,4% para pessoas físicas durante o mês de junho.

Em contraste com o mundo financeiro, estudo elaborado pelo Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) mostrou que a produção de eletroeletrônicos, de produtos farmacêuticos, de cimento e de materiais plásticos regrediu ao mesmo patamar de 1991. A produção de eletroeletrônicos estaria apenas 2,3% acima da registrada no primeiro semestre daquele ano. Se comparada à do primeiro semestre de 2002, caiu 22%. A produção de vestuários foi 36% inferior à do início dos anos 90. Em relação ao primeiro semestre do ano passado, houve uma queda de 20,2%. São números que revelam os impactos das políticas monetária e fiscal restritivas. Os mais prejudicados foram os que dependem do mercado interno e do crédito bancário.

Esse panorama demonstra que a política econômica continua prejudicando os setores produtivos, geradores de renda e de emprego. A taxa de juros real paga por empresas e consumidores encontra-se em patamares elevadíssimos, mantendo os altos lucros bancários e o baixo crescimento da atividade econômica. Não é demais insistir que, diante de tal cenário, caberia ao Banco Central adotar uma política mais agressiva de queda dos juros básicos. A alternativa é continuarmos assistindo ao triste “espetáculo da recessão”.<sup>11</sup>

Apesar de termos sérias dúvidas, depois de termos acesso a estas informações, quanto aos esforços que vêm sendo realizados por nossas elites para concretizar o que estava escrito naquelas Declarações, sempre tínhamos algumas esperanças à medida que nos convencíamos das suas afirmativas de que:

- “Esperando o bolo crescer, sobrarão alguma coisa para todos”;
- “Abrindo nossas fronteiras aos produtos estrangeiros, nossas empresas seriam obrigadas a se modernizar e todos lucrariam com isso;
- “Possibilitando a compra das nossas empresas públicas pelo capital estrangeiro, só teríamos a lucrar, pois elas passariam a ser comandadas por quem detinha a exclusividade da modernidade tecnológica nas mãos”.

Entretanto, ficamos mais assustados e perplexos à medida que nos mostraram que hoje as condições já existentes para concretizar o que está escrito naquelas Declarações são infinitamente maiores do que na época em que foram formuladas. Depois do advento da Terceira Revolução Técnico-científica, a partir da década de 70 do século passado, que introduziu, como auxiliares na produção de riquezas mundiais, a robótica, a informática, a automação, a engenharia genética, os novos materiais, acompanhados das novas formas de organização e administração das relações de trabalho (reengenharias, células de trabalho, terceirização, etc.), a produção de riqueza no planeta atingiu montantes impensáveis até pouco tempo atrás.

Assim, lendo um artigo recente do jornalista Washington Novaes, perdemos definitivamente nossa inocência ao constatar que:

*“A cada dia, 100 mil pessoas morrem no mundo em conseqüência de deficiências na nutrição, de infecções e epidemias que afetam mais os desnutridos. São 36 milhões por ano, 58% das mortes no mundo (total de 62 milhões/ano). E, como nascem uns 150 milhões de pessoas por ano, o saldo é de 88 milhões. Só que boa parte dessas pessoas vai sofrer dos mesmos problemas, porque descende de 1,2 bilhão de habitantes do planeta que têm menos de um dólar por dia, 70 reais por mês... Hoje, diz a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), 826 milhões de pessoas passam fome no mundo.... E, no entanto, diz a mesma FAO, o*

<sup>(11)</sup> Editorial da *Folha de São Paulo*, 12/08/2003, p. A-2.

*planeta poderia tranqüilamente alimentar até 12 bilhões de pessoas, o dobro da população atual, fornecendo a cada uma delas, no mínimo, 2 mil a 2.700 calorias por dia (a necessidade varia segundo o clima e outros fatores). Hoje mesmo já se produzem mais calorias que o necessário para todos os habitantes do planeta, mas nem todos podem comprá-las”.*<sup>12</sup>

Afetados, a partir deste momento, pelo vírus da curiosidade ao examinarmos mais detalhadamente os dados acima citados, verificaremos que:

“... A crise de moradia e de saneamento básico é antiga e se agrava na medida em que o Estado brasileiro – União, Estados e Municípios – pouco trabalhou e pouco vem investindo nessas questões”;

“... A orientação é respeitar o Estado de Direito democrático e as leis. E todas as partes têm que fazer isso. Está na lei, por exemplo, que o governo tem de fazer a reforma agrária. Se as leis não correspondem às necessidades, há formas democráticas de mudá-las. Inclusive a Constituição”;

“... Preocupada, muito justamente, com a fome que ainda assola parcelas da população, a nova administração federal tem um papel crucial a desempenhar na formulação e aplicação dessas políticas – caso pretenda cumprir suas promessas de governar para o social”;

“... A obtenção de terras para a sua efetivação deverá passar, necessariamente, pela desapropriação social, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal”;

“... A lucratividade bancária está associada à política de juros altos do Banco Central, à volatilidade da taxa de câmbio e às elevadas tarifas e taxas praticadas no mercado de crédito – em média 38,6% ao ano para empresas e 81,4% para pessoas físicas durante o mês de junho”.

Portanto, se a crise de moradia, da saúde pública, da educação pública e de saneamento básico (entre tantas outras deficiências que constituem o universo de existência da grande maioria da população brasileira) é antiga e se

agrava na medida em que o Estado brasileiro – União, Estados e Municípios – pouco trabalhou e pouco vem investindo nessas questões, e que se a enorme lucratividade dos bancos está associada à política de juros altos do Banco Central, concluímos que a análise feita por Pierre Bourdieu, a respeito do predomínio da “mão direita” do Estado (burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos, do ministério do Planejamento, do Banco Central, etc..) sobre a “mão esquerda” do Estado (os chamados Ministérios Sociais: Educação, Saúde, Trabalho e Previdência Social, etc..) “cai como uma luva” na situação brasileira.

Bourdieu afirma que os tecnocratas da “mão direita”, banhados por uma visão mercantilista da causa pública, ligados à ótica dos interesses do mercado financeiro internacional, não querem pagar o preço das políticas públicas e promovem a retirada do Estado de uma série de atividades que eram sua incumbência e pelas quais era responsável. Mais do que isso, insistem em manter em dia os pagamentos dos elevadíssimos juros das dívidas já pagas há muito tempo, respeitando contratos financeiros, mesmo que isso implique em desrespeitar todos os contratos sociais anteriormente assumidos, que possibilitariam atender as necessidades vitais de toda a população do país.

Ele chega a constatar que: “*o que surpreende é que tenham contribuído (governos socialistas e social-democratas) a tal ponto para a depreciação da coisa pública: primeiro nos fatos, por todo tipo de medidas ou políticas, visando a liquidação das conquistas do welfare state e principalmente, talvez, no discurso público de elogio à empresa privada (como se o espírito de empreendimento não fosse possível em outro terreno a não ser na empresa), de estímulo ao interesse privado. Tudo isso tem algo de surpreendente, sobretudo para aqueles que são enviados à linha de frente, para desempenhar as funções ditas ‘sociais’ e suprir as insuficiências mais intoleráveis da lógica do mercado, sem que lhes sejam dados os meios de cumprir verdadeiramente a sua missão*”.<sup>13</sup>

<sup>(12)</sup> NOVAES, Washington; *O Estado de São Paulo*, 24/05/2002, p. A-2.

<sup>(13)</sup> BOURDIEU, Pierre; *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998, p. 11.

## II – Como foi construído este enredo e o que está se passando:

Na evolução do sistema capitalista, os Direitos Humanos (os direitos da cidadania) passaram a ser respeitados na lei, mas não em sua aplicação. Ficaram limitados ao discurso oficial, como um balizador que não baliza, ou como um farol permanentemente apagado, mas existente:

O fato de ser cidadão não é visto como definidor dos direitos, pelo contrário, é o fato de ter direitos que é visto como definidor de cidadania: “um homem de bem é definido como sendo aquele homem portador/proprietário de bens”.

O paradoxo iria se aguçar:

O que iria ocorrer nas relações econômicas no mundo capitalista (local onde se reproduziria uma concentração de poder nunca vista e desigualdades sociais cada vez maiores) se contrapunha e inviabilizaria o que estava definido no campo jurídico-político: ou seja, como essa mesma sociedade, dita moderna e democrática, se desenharia no tocante às relações sociais, à qualidade de vida, ao acesso à produção cultural e aos seus espaços formais de divulgação, à educação pública e de qualidade para todos, à saúde pública, universal e de qualidade, à infra-estrutura básica de existência (esgoto tratado, água potável, iluminação pública, redes de transporte público de qualidade, coleta e tratamento do lixo público e industrializado, proteção de mananciais de água e preservação de florestas, etc...). Estes direitos definidores da existência de uma cidadania ficariam restritos aos “homens de bens”: os direitos de uma cidadania ficariam reduzidos a serem privilégios de um setor social com poder político de reivindicá-los.

Mas, ao mesmo tempo, o modo de produção capitalista não poderia ignorar o que estava definido a nível jurídico-político – a qualidade de vida é um

direito de todos os cidadãos –, pois estas Declarações constituíam, simplesmente, a sua legitimidade perante si próprio e o que o distinguia das sociedades anteriores: o mundo escravocrata e o feudal. Além de constituírem uma base de propaganda ideológica que o iria contrapor às experiências socialistas, surgidas posteriormente.

Não é por acaso, que nenhum líder, mesmo os ditadores, falavam, ou se expressam, contra estas Declarações. Ou melhor, até as mais cruéis ditaduras, que iriam perpetrar os maiores crimes contra os Direitos Humanos, se legitimavam afirmando que eram defensoras destes mesmos Direitos, que teriam sido ameaçados por supostos “inimigos internos” da Democracia e dos valores da família e da religião. Vale dizer, as relações econômicas do mundo capitalista por mais cruéis que fossem teriam que conviver, contraditoriamente, com a força histórica da Declaração dos Direitos Humanos; evidentemente, não a negando, mas procurando tratá-la como norma programática e procurando retirar dela a sua eficácia plena.<sup>14</sup>

Aqui temos problemas no campo jurídico-político:

- As nações e seus líderes que aderiram à Declaração Universal dos Direitos Humanos, à Declaração Francesa dos Direitos Humanos e do Cidadão cometeram e estão cometendo ato de perjúrio: a responsabilidade dos líderes de uma nação, perante o Direito Internacional e o Tribunal Penal Internacional, não está somente quando praticaram atos de tortura física e de eliminação de opositores às suas diretrizes governamentais; mas também, na tomada de decisões, que afetem os interesses vitais dos indivíduos, quando abundam recursos materiais e humanos que possibilitariam, caso fossem utilizados, uma vida digna e de qualidade para todos.

<sup>14</sup> As normas programáticas, conforme salienta Jorge Miranda, “são de aplicação diferida, e não de aplicação imediata; mais do que comandos-regras, **explicitam comandos-valores**; conferem *elasticidade* ao ordenamento constitucional; têm como destinatário primacial – embora não o único – o legislador; a cuja opção fica a ponderação do tempo e dos meios em que vêm a ser revestidas de plena eficácia (e nisso consiste a discricionariedade); **não consentem que os cidadãos ou quaisquer cidadãos as invoquem já (ou imediatamente após a entrada em vigor da Constituição)**, pedindo aos tribunais o seu cumprimento só por si, pelo que pode haver quem afirme que os direitos que delas constam, *máxime os direitos sociais, têm mais natureza de expectativas que de verdadeiros direitos subjectivos; aparecem, muitas vezes, acompanhadas de conceitos indeterminados ou parcialmente indeterminados*” (MORAES, Alexandre; *Direito Constitucional*, Editora Atlas S.A, 2004. p. 45 – citado em: Miranda, Jorge. *Manual de direito constitucional*. COIMBRA Editor, 1990. t.1, p. 138).

- Podemos afirmar que: em vários momentos da evolução da sociedade capitalista ser a favor da justiça é se voltar contra a justiça constituída; ser a favor da legitimidade seria se colocar na ilegalidade; portanto, ao se querer cumprir uma Constituição, que está acima das leis, que deve ser respeitada por todos, governantes e governados, principalmente no tocante ao respeito dos direitos sociais, a cidadania poderá ser responsabilizada legalmente por tentar cometer tal ato insano.

Como um exemplo, entre inúmeros, poderíamos citar que no recente período ditatorial brasileiro, legalizado por Atos Institucionais, quando se estabeleceu, praticamente, a proibição do direito legítimo da greve, reconhecido, com raríssimas exceções, em todo o planeta como uma conquista da democracia, ser a favor da justiça (estar do lado de um direito e de uma conquista internacionalmente reconhecidos) era se colocar na ilegalidade e passível de ser preso.

Poderíamos citar outros exemplos, envolvendo diversos conflitos sociais, que estão diariamente nos jornais; ou então, reler os dados acima citados a partir destas observações.

### **III – A reação da cidadania humaniza gradativamente o Capitalismo, ao mesmo tempo, que o vai viabilizando:**

A evolução do Capitalismo – tendo como parâmetro, a construção das democracias nos países mais avançados econômica, científica e tecnologicamente – pode ser estudada como a luta permanente e incessante da cidadania, em geral, e da classe trabalhadora, em particular, em suplantarem este paradoxo. E como o fizeram:

Tomando como empréstimo a ‘psicopatologia do trabalho’ – um dos ramos científicos dedicados ao estudo do que ocorre com o corpo humano nos diversos processos de trabalho – poderíamos afirmar que através das diversas etapas de evolução do capitalismo, duas facetas do mesmo corpo humano entravam em choque: enquanto o lado mão-de-obra se alienava, se deteriorava nas diversas rotinas de trabalho, o lado cidadão se articulava, gradativa-

mente, em diversas formas de organização social, lutando para melhorar as condições de trabalho. Num primeiro momento, procurando alterar qualitativamente a organização de trabalho, num segundo momento; e, simultaneamente, buscando mudar qualitativamente a sua vida, atuando diretamente na busca da melhoria das condições de moradia, e exigindo o acesso aos diversos serviços públicos.

Assim, a luta pela melhoria das condições de trabalho e pela reforma qualitativa da organização do trabalho, significava: prevenir acidentes e doenças ocupacionais; ter o direito às informações, a um trabalho que fosse mais criativo e, portanto, mais saudável; a eliminação dos degraus burocráticos, inúteis, que dificultavam o fluxo de informações e da criatividade dentro da empresa; o acesso ao significado das rotinas do trabalho, etc..

Em seu conjunto, e isso é importante para qualificar uma democracia, essas lutas constituíram fases importantes na formação de um trabalhador mais consciente dos direitos e de seus deveres, logo, foram, e são, instrumentos importantes na formação da cidadania e na solidificação da democracia. Assim como, concomitantemente, a conquista gradativa de um Estado de Bem-Estar Social; do direito a um ensino público, gratuito e de qualidade; à saúde pública, universal e de boa qualidade; ao transporte urbano de qualidade; à moradia decente; à infra-estrutura básica, etc., vão fazer, e fazem, parte da constituição de uma cidadania real.

Sem a existência destas lutas e das organizações populares que, com sua credibilidade, articulam a massa cidadã nestes conflitos sociais, uma democracia perde sentido.

Sintetizando, poderíamos afirmar, que pressionado, externamente, pelas experiências socialistas (o inimigo benéfico) e, internamente, pela organização crescente dos diversos segmentos da classe trabalhadora e da cidadania, o capitalismo foi sendo obrigado a se democratizar, a lucrar distribuindo melhor a renda, a conviver com uma maior participação social (das mulheres, dos negros, dos estudantes, das ditas minorias, dos imigrantes, dos trabalhadores, dos jovens, etc..).

Por isso, no período histórico de 1945-1975, conhecido com as “*Três Décadas de Ouro do Capitalismo*” (segundo o historiador Eric Hobsbawm),<sup>15</sup> este modo de produção cresce economicamente a índices não mais atingidos, ao mesmo tempo, que ocorre uma distribuição de renda progressiva. Por isso, a classe trabalhadora em seus diversos segmentos - diferenciada internamente em função da posição ocupada no universo produtivo e do maior ou menor grau de organização -, possuindo uma retaguarda crescente de serviços públicos e a segurança de um trabalho de longa duração, podia planejar com certa margem de segurança o futuro de seus filhos. É o momento histórico, no Capitalismo, onde o sacrifício dos pais adquire sentido, pois eles tinham uma certa garantia que o futuro de seus filhos seria melhor que o deles. Assim, a Democracia parecia ser viável e podia ser utilizada pelas elites ocidentais capitalistas, como bandeira ideológica, se contrapondo às experiências socialistas, então existentes.

Cria-se, portanto, uma cultura histórica, na qual trabalhar passa a ter como complemento obrigatório, o direito a um trabalho “digno” e “justamente” remunerado – pelo menos assim passava a ser gradativamente percebido pela população. Para que a pessoa pudesse cumprir o ato de trabalhar, a sociedade tinha a responsabilidade ética de promover e apoiar uma cultura baseada num trabalho digno, assegurando-o aos adultos como direito, enquanto as crianças e os jovens passavam a ter o direito a uma formação escolar sólida, sendo proibido a sua utilização prematura no trabalho – se concretiza o direito internacional da infância e da adolescência.

Neste período histórico, a economia, a obtenção e a reprodução do lucro, passam a ser, gradativamente, balizados, pela ética e pela vigilância da cidadania.

Em resumo, esta fase do Capitalismo significou para a classe trabalhadora, devido às suas lutas, “*a perspectiva de sair progressivamente da miséria, da instabilidade, da incerteza do futuro e da opressão desenfreada, que basicamente caracterizaram até aquele momento a condição proletária. É juntamente*

*a garantia de adquirir direitos, não só formais (direitos cívicos e políticos), mas reais (direitos sociais), cujo respeito seria garantido pelo Estado, e de ter acesso a uma vida senão agradável, pelo menos suportável (aceitável).”*<sup>16</sup>

#### **IV – A batalha entre conceitos ou como é difícil ser democrata:**

A esquizofrenia existente, no modo de produção capitalista, entre o que está declarado a nível jurídico-político e o que realmente ocorre no cotidiano das relações sociais e econômicas, aguça o conflito entre formas de existência: a participação ativa nas macro-decisões sociais (o que define a cidadania) versus a mera reprodução de um cotidiano, seja ele, na produção de bens materiais ou simbólicos, seja em outras formas de existência (o que define um comportado e eficiente trabalhador, carregando, na melhor das hipóteses, diariamente, em todos os instantes, o seu crachá – a sua verdadeira identificação social e que busca constantemente a sua “empregabilidade”).

#### **IV:1) O trabalho enquanto direito versus o trabalho enquanto dever:**

##### **1) Trabalho enquanto direito:**

*“Na historia das culturas e do desenvolvimento da civilização ocidental, o conceito de trabalho foi o que sofreu a mais radical revalorização, coisa que não se pode imaginar com dramaticidade suficiente. Se identificarmos a alvorada da civilização ocidental com a Antiguidade grega, o trabalho era o estigma que excluía as pessoas da sociedade. Os que trabalhavam não eram membros da sociedade, que, na época, se concebia como comunidade política. Mulheres e escravos, que se encarregavam do trabalho, eram externos, a eles se negavam até mesmo as qualidades humanas essenciais que estavam*

<sup>(15)</sup> HOBBSAWM, Eric; *Era dos extremos – o breve século XX 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>(16)</sup> BIHR, Alain; *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*, São Paulo, Boitempo editorial, 1998, p. 38.

*ligadas, sobretudo, às relações políticas na polis*".<sup>17</sup>

Quando se pensa o trabalho enquanto direito, define-se que um cidadão ao chegar à idade adulta, passa a ter o direito a desempenhar o papel de produtor de bens materiais ou simbólicos, produtor de riquezas sociais e, assim passa a contribuir para aumentar o bem-estar da sociedade e a lhe devolver e aos novos seres que nascem, sob a forma de deveres, aqueles direitos que a ele foram garantidos nas etapas anteriores da sua vida.

Isso quer dizer que ele, além de trabalhar, continua a exercer o papel de cidadão ativo nas decisões sociais. E, só assim, consegue alterar qualitativamente o modo de existência, as condições e a forma de trabalhar.

Além disso, o trabalho enquanto direito, ao não centralizar toda a vida no ato de trabalhar, permite a cada indivíduo desempenhar de forma ativa outros papéis sociais, o que lhe irá possibilitar, ao se aposentar, não perder todo o seu universo de existência e de identificação social.

### **1:2) O trabalho enquanto dever:**

Com o início da Primeira Modernidade<sup>18</sup> – naturalmente diante do pano de fundo das revoluções burguesas, da ascendente economia de mercado, do capitalismo em rápida expansão –, o trabalho passou a ser a característica central da identidade social, da posição social, da segurança existencial do homem. O conceito de trabalho foi totalmente remodelado. E nisso há uma ironia histórica, *“pois, no começo do desenvolvimento da civilização ocidental, era ínfimo o valor que se atribuía ao trabalho, sendo que havia uma grande quantidade de outras ocupações, como a atividade política, a criação artística ou os ofícios, todos importantes na medida em que com elas se produziam objetos importantes, ao passo que o trabalho se anula permanentemente no consumo do seu próprio produto. Mas a civilização ocidental recalçou e esqueceu as*

*outras formas de atividade, erigiu a sociedade unicamente sobre o trabalho e, desse modo, procedeu à revalorização desse conceito. Agora, porém, por causa da racionalização crescente, o trabalho está se extinguindo*".<sup>19</sup>

O indivíduo é reconhecido e identificado socialmente porque exerce a função de trabalhador e não porque seja um cidadão. Aliás, esta postura – de cidadão - passa a ser vista como impeditiva do exercício daquele papel: o trabalhador seria tão mais “empregável”, quanto menos cidadão fosse. Coerentemente, o sistema educacional passou a priorizar a “preparação dos educandos para o trabalho e não para a cidadania”. A “sua” empresa preencheria toda a sua existência e no *“happy hour”*, carregando o seu crachá, continuaria a falar sobre os problemas do “seu” trabalho com outros felizes carregadores de crachá.

Centralizando toda a identificação social no ato de ser trabalhador, o desemprego passa a ser uma ameaça radical para a sua existência, pois ele não só para de trabalhar, como deixa de existir socialmente, apesar de, “infelizmente”, continuar vivo. Agora, porém, por causa da racionalização crescente – o advento da Terceira Revolução Técnico-Científica e a sua apropriação pelos interesses da especulação financeira internacional – a sociedade do pleno emprego está se extinguindo. Como a sociedade está desobrigada perante os trabalhadores – não mais cidadãos – desempregados, dá para perceber o tamanho dos problemas que hão de surgir para as pessoas privadas do fundamento do trabalho. Desaparecerão, inclusive, as bases de legitimação da desigualdade social – o que irá afetar radicalmente a ordem social existente.

O regime do risco passa a dominar o centro da sociedade produtiva e o medo passa a ser o eixo das relações sociais.

Viver em torno somente do trabalho, numa sociedade neoliberal, é estar condenado ao mais vergonhoso dos sentimentos: o da vergonha. Pois nela: *“o emprego depende do crescimento, o*

<sup>(17)</sup> BECK, Ulrich; *Liberdade ou capitalismo*, São Paulo, Fundação da editora Unesp, 2002, pp. 159/60.

<sup>(18)</sup> Caracterizamos como Primeira Modernidade, a fase histórica que marca o processo da afirmação das revoluções burguesas, e a ascendente economia de mercado, que vão possibilitar, conjuntamente, que o capitalismo se firme como norma estabelecida do modo de produção dominante.

<sup>(19)</sup> idem.

*crescimento depende da competitividade, a competitividade, da capacidade de suprimir empregos. E isso significa dizer: para lutar contra o desemprego, nada melhor do que demitir!”<sup>20</sup>*

Depender totalmente do trabalho como única forma de sobreviver e, muitas vezes, precariamente, é estar condenado a se mostrar permanentemente útil numa economia de cassino, também conhecida como “economia de mercado”. Mostrar-se permanentemente útil, neste tipo de sociedade, é tornar-se sempre rentável; vale dizer, lucrativo ao lucro, tornar-se “empregável”, no discurso ideológico hegemonicamente dominante; “explorável”, na realidade.

*“Mas o que ocorre com o direito de viver quando este não mais opera, quando é proibido cumprir esse dever (de trabalhar) que lhe dá acesso, quando se torna impossível aquilo que é imposto? Sabemos que hoje em dia estão permanentemente fechados esses acessos ao trabalho, aos empregos,... tudo isso impingido sob o signo da fatalidade. Será normal, então, ou mesmo lógico, impor justamente aquilo que está faltando? Será que é legal exigir o que não existe como condição necessária de sobrevivência?”<sup>21</sup>*

O que significa cotidianamente pertencer a uma sociedade neoliberal, na qual a identificação social se dá unicamente pelo fato de estar empregado? É estar envolvido com rotinas bem estranhas: procurando efetiva e permanentemente um trabalho, qualquer que seja e sob qualquer remuneração, que não existe. É estar obrigado “a passar horas, durante dias, semanas, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas”. É se perguntar cotidianamente se “será útil viver quando não se é lucrativo ao lucro?” é concluir que “para além da exploração dos homens, havia algo ainda pior: a ausência de qualquer exploração”<sup>22</sup>

É, portanto, se considerar “desfiliado”, “supérfluo”. E por essa razão nocivo. E sendo assim...

Mais do que nunca se coloca a questão de como chegamos a este estado de coisas, numa sociedade que continua a se identificar com a Declaração dos Direitos do Homem e da Cidadania e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos? Mais, ainda, é se perguntar como chegamos neste estado de retrocesso social no exato momento histórico em que a raça humana atingiu um patamar tecnológico-científico que permite criar riquezas em proporção muito maior do que as necessidades humanas atualmente existentes?

Mais do que nunca se coloca a questão da cidadania. Se a Democracia ainda tem sentido ou se ela teria que sofrer uma injeção de participação social que a revalidasse perante a população?

#### **IV:2) Democracia representativa versus democracia participativa: A Inviabilidade da democracia no capitalismo?**

##### **1) Introdução: a rebelião das elites**

A partir do meio da década de 70 do século passado, algo inusitado acontece na história do capitalismo, que passou a ser conhecido como “a rebelião das elites”: “*uma vez foi a ‘rebelião das massas’ que se considerava ameaçando a ordem social e as tradições civilizadoras da cultura ocidental. Atualmente, a principal ameaça vem daqueles que estão no topo da hierarquia social. Esta notável mudança nos acontecimentos confunde nossas expectativas quanto ao curso da história e coloca em questão antigas hipóteses*”.<sup>23</sup>

Os séculos 18, 19 e 20 foram caracterizados pela luta dos pobres contra os ricos. As revoluções burguesas do século 18, as revoluções americana e francesa foram todas caracterizadas pela luta dos pobres que queriam conquistar o direito ao mínimo de bem-estar e um mínimo de dignidade.

<sup>(20)</sup> FORRESTER, Viviane; *Uma estranha ditadura*, São Paulo, Fundação da editora Unesp, 2001, p. 9.

<sup>(21)</sup> FORRESTER, Viviane, *O horror econômico*, São Paulo, Fundação da editora Unesp, pp. 14/5.

<sup>(22)</sup> FORRESTER, Viviane; *O horror econômico*, São Paulo, Fundação da editora Unesp, 1997, p. 16.

<sup>(23)</sup> LASCH, Christopher; *A rebelião das elites e a traição da democracia*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1995.

Nos últimos anos do século 20, com a queda das experiências socialistas, que contribuíram para o enfraquecimento das organizações dos trabalhadores e da cidadania em cada país, as elites economicamente dominantes puderam utilizar a seu exclusivo interesse as inovações da Terceira Revolução Técnico-científica, o que irá possibilitar-lhes produzir riquezas utilizando cada vez menos mão-de-obra. Um novo tipo de luta surge: uma guerra sem quartel dos ricos contra os pobres. Pela primeira vez, os ricos se mostram mais raivosos do que os pobres. Há uma afirmação de elitismo, de elitização inexistente nos dois séculos anteriores. Hoje, os ricos conquistaram o descaramento de não se envergonharem de sua hegemonia e de sua riqueza cada vez maior.

Eles organizaram uma guerra concêntrica contra os pobres, que tem como objetivo:

- Reduzir/eliminar o Estado de Bem-Estar Social;
- Aumentar o desemprego estrutural<sup>24</sup> e utilizá-lo em benefício da precarização da força de trabalho e do enfraquecimento dos sindicatos;
- Deslocar as fábricas para os países onde haja oferta de mão-de-obra qualificada, capaz e de baixo valor e onde a legislação local seja flexível, a tal ponto, que permita não obedecer às regras internacionais de proteção ambiental e das condições de trabalho;
- Abertura para poder poluir o “Terceiro Mundo”;

- Abertura para reduzir os direitos civis e aumentar as desigualdades sociais.

O predomínio das formas patrimoniais e financeiras, acentuado no final do século passado, vem levando à exasperação os conflitos entre Capitalismo (modo de produção específico) e democracia (regime político que defende a maior participação da cidadania nas decisões de interesse público).

Há um abismo crescente entre as promessas de progresso para todos e a realidade do aumento da pobreza e da desigualdade: a violência é essencialmente uma reação pragmática e ensandecida dos que foram expropriados das utopias da liberdade, igualdade e fraternidade. Não é fácil esconder a fratura entre a liberdade que se proclama e a submissão que se exige.

No mundo em que mandam os mercados da riqueza já produzida, os bem-sucedidos – países e classes sociais – acumulam “tempo livre” sob a forma de capital fictício (títulos que representam direitos à apropriação da renda e da riqueza), enquanto os “liberados” da produção competem desesperadamente pela sobrevivência: seu tempo “livre” é um tempo de desemprego estrutural.

Por isso, Lash afirma que: *“atualmente, entretanto, a democratização da riqueza – a expectativa de que cada geração desfrute de um padrão de vida a que seus antepassados não tinham acesso – cedeu lugar a uma inversão na qual as antigas desigualdades estão começando a se restabelecer, às vezes num ritmo assustador, às vezes tão gradualmente*

<sup>(24)</sup> Caracterizamos como “desemprego estrutural”, a fase histórica, a partir da década de 70 do século passado, na qual se consolidam alguns eventos importantes para a fase neoliberal do capitalismo: a queda das experiências socialistas; a fragilização progressiva das organizações sociais envolvidas diretamente com as questões da organização do trabalho e com as lutas fora dela; a Terceira Revolução Técnico-Científica, que permite, entre outras coisas, a robotização, a automação, e a introdução de novas formas organizativas do processo de trabalho; e, por último, a hegemonização dos interesses do capital financeiro, como fim último a ser alcançado nesta fase do Capitalismo. Viviane Forrester assinala que, neste momento histórico, *“um desempregado não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos. Mas – e esse desencontro tem efeitos cruéis – o social e o econômico pretendem ser sempre comandados pelos intercâmbios efetuados a partir do trabalho, ao passo que este último desapareceu. Os desempregados, vítimas desse desaparecimento, são tratados e julgados pelos mesmos critérios usados no tempo em que os empregos eram abundantes. Responsabilizados por estarem desprevenidos, eles são ludibriados, acalentados por promessas falaciosas anunciando o pronto restabelecimento daquela abundância e a pronta reparação das conjunturas prejudicadas por alguns contratemplos. Resulta daí a marginalização impiedosa e passiva do número imenso, e constantemente ampliado, de ‘solicitantes de emprego’ que, ironia, pelo próprio fato de se terem tornado tais, atingiram uma norma contemporânea; norma que não é admitida como tal nem mesmo pelos excluídos do trabalho, a tal ponto que estes são os primeiros a se considerar incompatíveis com uma sociedade da qual eles são os produtos mais naturais.”* (FORRESTER, Viviane, *O horror econômico*, Fundação da editora Unesp, 1997, p. 11).

*que passam despercebidas. A disparidade global entre riqueza e pobreza, o exemplo mais óbvio desta reversão histórica, tornou-se tão evidente que é quase desnecessário rever as provas das crescentes desigualdades.... Agora mesmo, a devastação é tão grande que a nossa única reação diante dos espetáculos de fome e miséria com as quais a mídia nos presenteia todos os dias não é tanto de indignação quanto de indiferença.”<sup>25</sup>*

## **2:2) Democracia é conflito: democracia participativa dá qualidade à democracia representativa**

A atual intensificação dos conflitos sociais, no Brasil, à medida que os lemas: “quem espera sempre alcança”, “devagar se vai longe”, “é mais um anjinho no céu” ou “quem dá aos pobres empresta a Deus”, vão perdendo a sua força de convencimento, preocupa os setores conservadores que priorizam a ordem em relação à justiça. Seus representantes defendem o óbvio fragmentado: que a lei, as suas propriedades e os seus contratos particulares devem ser respeitados. E exigem do Estado o que está longe de ser evidente: que ele não cumpra as suas obrigações com respeito às políticas públicas, favoreça, utilizando verbas públicas, interesses privados e reprima os movimentos sociais, que se organizam pela defesa da lei, do cumprimento dos contratos sociais, do que está estabelecido na Constituição. Será que existe motivo para tanta inquietação?

Dado que o governo não se sente com coragem para inverter a equação perversa de altos juros, do predomínio interno da mão direita sobre a mão esquerda<sup>26</sup>, dado que ele continua a lutar com

medidas econômicas restritivas e de contenção dos gastos sociais em defesa de uma estabilidade monetária coerente com a existência de uma sociedade desestabilizada socialmente, talvez não reste ao povo alternativa senão protestar e pressionar por condições mínimas de emprego e sobrevivência.

Mas o pensamento autoritário seja ele de origem oligárquica, liberal clássica ou tecnocrática sempre dirá que as decisões em favor de uma sociedade com melhor qualidade de vida não serão executadas, por um governo pressionado pelas lutas sociais. Ao mesmo tempo em que afirmam isto, as elites organizam-se, diariamente, nas mais diversas formas de luta – legais ou ilegais – para pressionar este mesmo governo a legislar em sua causa própria.

Para o pensamento oligárquico, porque é autoritário, por definição, as lutas sociais ameaçam o que seria uma democracia ideal, aquela onde reinaria a paz dos cemitérios; para o pensamento liberal clássico, a democracia, no caso predominantemente representativa, significa dar autonomia ao governo eleito para tomar decisões (que só poderão ser avaliadas e questionadas pelos cidadãos nas próximas eleições); já para o pensamento tecnocrático, a razão técnica deve sempre prevalecer, não pode ser poluída por valores éticos ou com preocupações com o bem-estar social.

E o que diz o pensamento democrático preocupado com a viabilidade da democracia?

Afirma que o conflito social e o debate público são dois elementos constituintes das democracias modernas. Não existe democracia sem convivência com conflitos e sua solução através do compromisso

<sup>(25)</sup> Idem, pp. 42/3.

<sup>(26)</sup> utilizamos o conceito “mão esquerda e a mão direita do Estado” de Pierre Bourdieu: “na pesquisa que fizemos sobre o sofrimento social, encontramos muitas pessoas que, como esse diretor de escola, estão mergulhadas nas contradições do mundo social, vividas sob a forma de dramas pessoais...Ele enfrenta contradições que são o limite extremo daquelas que vivem todos os chamados ‘trabalhadores sociais’: assistentes sociais, educadores, magistrados e também, cada vez mais, docentes e professores primários. Eles constituem o que eu chamo de mão esquerda do Estado, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos ‘gastadores’, que são o vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais. Muitos dos movimentos sociais a que assistimos (e assistiremos) exprimem a revolta da pequena nobreza contra a grande nobreza do Estado...Penso que a mão esquerda do Estado acha que a mão direita não sabe mais, ou pior do que isso, não quer mais saber o que faz a mão esquerda. De qualquer forma, ela não quer pagar o preço. Uma das razões maiores do desespero de todas essas pessoas está no fato de que o Estado se retirou, ou se está retirando, de um certo número de setores da vida social que eram sua incumbência e pelos quais era responsável: a habitação pública, a televisão e a rádio públicas, a escola pública, os hospitais públicos etc...” (BOURDIEU, Pierre, *Contrafogos – tácticas para enfrentar a invasão neoliberal*, JORGE ZAHAR editor, 1998, pp. 9 e 10).

ou da argumentação, ou de uma combinação de ambos.

Recentemente, a professora Marilena Chauí, numa entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* deixou clara essa idéia quando afirmou: “*Em vez de falar em crise e em desordem, que são os temas preferidos da classe dominante brasileira na sua tradição autoritária, é hora de comemarmos o fato de que finalmente este país está conhecendo uma experiência democrática. Democracia não é, como querem os liberais, o regime da lei e da ordem. Democracia é o único regime político no qual os conflitos são considerados o princípio mesmo do seu funcionamento*”.<sup>27</sup>

Mesmo com o “peso” da sua autoridade intelectual, a professora Marilena assustou até aqueles intelectuais, que aceitam que os conflitos constituem o princípio de funcionamento da democracia, mas têm uma grande resistência, à afirmativa de que a democracia não seria o regime da lei e da ordem. No máximo aceita-se que a democracia é o regime do conflito social, da argumentação e do compromisso, mas é também o regime da lei e da ordem.

Mas e quando a interpretação da lei e a ordem instituída forem fatores de desestabilidade social e afrontem os Direitos Humanos e o que está definido na própria Constituição do país? E quando os agentes da lei e da ordem já estão a tal ponto corrompidos, numa simbiose quase total entre a ilegalidade e a legalidade, que a reação mais normal e segura da cidadania, quando vê um agente da lei se aproximando, é “chamar o ladrão” para ser devidamente protegida (como já disse o nosso querido compositor Chico Buarque de Holanda). Ora! Não somos, nós cidadãos deste novo século, resultado da Revolução Francesa, onde cabeças de reis foram decapitadas em nome da nova ordem burguesa que estava nascendo?

Entre conflito e ordem existe uma contradição que os regimes democráticos estão forçados a resolver. A idéia de que o império da lei é uma terceira solução entre o regime autoritário dos sábios e a alegada desordem da democracia foi

uma ilusão do liberalismo clássico. Sabemos, que a própria lei jamais é neutra e está longe de resolver bem todos os problemas. A democracia procura se viabilizar e ultrapassar esse tipo de liberalismo exatamente ao procurar ser o regime político mais capaz de combinar e dialogar a lei existente com o conflito social, a ordem precária com as demandas contraditórias das classes sociais e dos grupos de interesse.

Que democracia seria essa?

### 2:3) Democracia participativa: o caso brasileiro

“É fácil falar de democracia. O duro é praticá-la. O ideário da Revolução Francesa fala em liberdade, igualdade e fraternidade. No Brasil escravista e aristocrático, com uma elite muito mais ciosa de seus privilégios do que dos seus deveres, a liberdade teve precedência sobre, digamos, os outros vértices do famoso “triângulo democrático”. Isso surge claramente no movimento abolicionista, quando se invoca mais a ‘liberdade’ do escravo do que a terrível questão da igualdade entre os negros e brancos. Como disse Joaquim Nabuco, livramo-nos da escravidão, mas não do seu sistema. Só décadas depois é que fomos, aos trancos, cogitar de educação de massa.”

“*Sintomaticamente, essa educação massificada e com alguma qualidade só apareceu no ensino superior, naquela faixa de instrução que atendia aos aristocratas e às famílias dos liberais que gritavam palavras e ordem nos jornais*”.<sup>28</sup>

Tivemos acesso, recentemente, via o último trabalho—“Estatísticas do Século XX”—do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a informações que mostram que o século 20 foi aquele em que o Brasil aumentou a sua riqueza, mas não a dividiu. Em cem anos, a riqueza total cresceu quase doze vezes em relação à população; no entanto, a distribuição de renda piorou na segunda metade do século. A concentração de renda é tão grande que, na virada do século 20 para o 21, o 1% mais rico dos brasileiros ganhava praticamente o

<sup>(27)</sup> *Folha de São Paulo*, 03/08/2003.

<sup>(28)</sup> DAMATTA, Roberto; *O Estado de São Paulo*, 25/09/2003, p. D-10

mesmo que os 50% mais pobres. Mesmo com o país mais rico, a estagnação econômica a partir dos anos 80 fez o rendimento real cair cerca de 7,5% em 20 anos. De 1977 a 1999, o número absoluto de pobres aumentou de 40,7 milhões para 53,11 milhões. Houve queda, porém, da parcela que eles representam (de 39,6% para 34,09%).

O Brasil que encerrou o século 20 era um país mais velho, mais urbano, mais feminino, mais alfabetizado, mais industrializado. A desigualdade é a marca nacional, seja desigualdade de renda, racial, de gênero ou regional.

Para complicar, desde 1980, o mau desempenho da economia brasileira, faz com que o crescimento do PIB seja insuficiente para absorver a oferta de mão-de-obra, de forma que o desemprego e a insatisfação aumentam, o que resulta em protesto social e no crescimento acelerado da criminalidade. Sabemos que um certo grau de conflito é inerente a qualquer democracia, mesmo às mais prósperas. É um conflito pela repartição de renda – definida pelo mercado, através dos preços e, pelo Estado, através das leis e políticas públicas. O conflito no mercado expressa-se na competição; o conflito no plano do Estado, na política democrática.

Acentua-se o conflito entre os interesses públicos versus os interesses mercantis dentro da esfera do Estado: *“o público se fundamenta nos cidadãos, nos indivíduos como sujeitos de direitos, enquanto o mercado congrega aos componentes do mercado os consumidores, os investidores. O primeiro tem na sua essência a universalização de direitos, o segundo, a mercantilização do acesso ao que deveriam ser direitos: educação, saúde, habitação, saneamento básico, lazer e cultura. O público se identifica com a democracia, seja pelo compromisso com a universalização dos direitos, seja pela possibilidade de controle pela cidadania, enquanto, ao se mercantilizarem esferas da sociedade, privatizando-as, retira-se da cidadania a capacidade de controle sobre elas.”*<sup>29</sup>

No momento, no Brasil, não são apenas os pobres que promovem o conflito, nas ações do MST e dos sem-teto, embora na mídia, com raras exceções, fique parecendo que só existe este tipo de conflito no país. Também a baixa classe média o faz, por meio das centrais sindicais; a classe média alta, através de movimentos como os dos juízes e das associações profissionais e empresariais. Os ricos, por sua vez, participam do conflito por intermédio de suas organizações, do domínio da mídia, do financiamento das campanhas políticas, do emprego de intelectuais para defender suas posições.

A diferença fundamental está no fato de que os mais ricos defendem posições – senão privilégios – em nome da lei, e os mais pobres buscam conquistar posições que, muitas vezes, só podem ser atingidas desafiando e mudando a lei. E aqui está estabelecido o limite da credibilidade de uma democracia representativa. Se ao governo cabe exigir o respeito à lei a todos os setores sociais – e não é essa a atitude da maioria dos governos de uma democracia representativa, onde o respeito à lei é exigido somente aos setores populares, quando estes reagem por algum motivo -; entretanto, e esta diferença é substancial, quanto mais for um governo democrático, mais garantirá a liberdade do protesto e buscará atender, na medida do possível, as reivindicações sociais. Se for autoritário, tentará apenas impor a ordem injusta.

#### **2:4) Um rumor de igualdade: a tentativa de recompor o tripé da Declaração dos Direitos do Homem e da Cidadania**

*“Pois a igualdade, diferentemente da liberdade, é restritiva. A liberdade cabe no mais ou menos (um rico tem muito mais liberdade do que um pobre), mas a igualdade aciona o confronto e o conflito e, por isso, demanda a clareza da lei e de tudo o que lhe diz respeito (se ele fez ou ganhou, por que não eu?)”.*<sup>30</sup>

Segundo Boaventura de Sousa Santos, professor catedrático de Economia na Universidade de Coimbra (Portugal),<sup>31</sup> desde os anos 60, do

<sup>(29)</sup> SADER, Emir, *Folha de São Paulo*, 19/06/2003, p. A-3.

<sup>(30)</sup> DAMATTA, Roberto, *O Estado de São Paulo*, 25/09/2003, p. D-10.

<sup>(31)</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa; revista *Caros Amigos*, ano VII, nº 78, pp. 34/5.

século passado, ocorreu uma perda da diversidade das formas democráticas. Naqueles anos, se falava e se debatia em democracia representativa, participativa, popular, desenvolvimentista. Apesar de que quando se começa a adjetivar demais um substantivo, é sinal que ele não está conseguindo falar coerentemente, no caso específico, sobre o que realmente vem ocorrendo nas diversas sociedades ditas democráticas.

Só que aquele debate terminou, à medida que no final do século 20, tudo está reduzido a uma forma de democracia e das mais instáveis por ser uma das mais restritivas à participação popular: a democracia representativa, que é aquela promovida pelo Consenso de Washington; portanto, uma democracia com faceta neoliberal.

Esta democracia, por enquanto vitoriosa, coerente com uma sociedade baseada na “*performance*” individual nos diversos campos da atividade humana, é uma democracia restritiva quer no tocante à participação, quer no tocante à representação. A democracia que vinha se constituindo nas sociedades, onde a participação social era mais intensa, era uma democracia que entrava em confronto direto, cada vez maior, com o Capitalismo, à medida que aumentavam as demandas populares que a empurravam a redistribuir socialmente, através das políticas públicas, aquelas riquezas produzidas socialmente. A luta pela inclusão social da maioria da população, resultou em formas mais avançadas de democracia.

Com a “rebelião das elites”, que se realiza em virtude da concomitância de alguns fatos sociais de grande importância, a partir dos últimos 20 anos do século passado: a queda das experiências socialistas, que provocaria, por sua vez, o enfraquecimento, desarticulação e uma crise ideológica nas diversas formas de organização da cidadania; o advento da Terceira Revolução Técnico-científica e das novas formas de racionalização da organização do trabalho que ao serem monopolizados pelos interesses do capital especulativo, possibilitaram transformar o advento do “tempo livre” em tempo de “desemprego estrutural”; surge a necessidade de adequar aquela democracia participativa em uma forma política que restringisse, ao máximo, a

participação da cidadania: ou seja, a democracia representativa.

Com esta democracia restritiva, tornar-se-ia possível, à medida que as formas de luta da cidadania estavam enfraquecidas e com perda de credibilidade, atacar o Estado de Bem-Estar Social e retirar da história, esperamos temporariamente, o fluxo contínuo de conquistas sociais que o período das Três Décadas de Ouro vinha registrando, fazendo com que a qualidade de vida de grande parte da população mundial retroceda acentuadamente.

Esta democracia é aquela onde a representatividade se dá, basicamente, pelo multipartidarismo, eleições livres e justas e liberdade de informação. Só que como a participação real da cidadania caiu, o multipartidarismo quase ficou limitado à ditadura do partido único, já que são poucas as diferenças na forma de governar, independentemente do partido que vier a ocupar periodicamente o poder. As eleições livres deixaram de existir, pois, na prática, nas relações reais de poder, o financiamento, cada vez maior, das campanhas dos principais candidatos os amarram às exigências dos interesses mercantis, que os financiou. Eleições justas, depois da fraude nas últimas eleições norte-americanas, com a participação direta da Suprema Corte, não temos mais nada a comentar. E, finalmente, no tocante à liberdade de informações, o último livro de José Arbex *O Jornalismo Canalha*<sup>32</sup> já tem conteúdo suficiente para colocar o que significa realmente esta liberdade, no período em que a mídia se concentra como nunca no mundo dos negócios.

Deste modo, se acentuou a esquizofrenia entre o discurso que realça a autonomia individual, ao mesmo tempo, que se retira das pessoas a possibilidade real desta autonomia, frente à ameaça do desemprego estrutural. O regime democrático em vez de ser o retrato de uma sociedade que participa ativamente das decisões relevantes, passa a ser uma imposição, na sua forma restrita, que deverá ser assumida por todos os outros países, nem que para isto tenha-se que destruí-los através uma guerra tecnológica moderna e, depois reconstruí-los via acordos com empresas direta-

<sup>(32)</sup> ARBEX Jr., José; *O jornalismo canalha – a promiscua relação entre a mídia e o poder*, São Paulo Editora Casa Amarela, 2003.

mente interessadas em lucrar nesta reconstrução “democrática”.

Assim, no início deste novo século, estamos sob o jugo de uma forma democrática na qual o mercado político – aquele onde trafegam os valores que não têm preço – foi corrompido pelo mercado econômico, onde tudo se negocia, se corrompe, se descarta. O vírus da especulação financeira, das máfias, da lavagem do dinheiro ilegal se introduziu na corrente sanguínea da vida democrática e produziu, via uma metástase generalizada, a falência de todos os órgãos ligados aos valores democráticos e aos interesses públicos.

Foi esta contaminação, esta promiscuidade entre o público e o privado, que comandou o processo das privatizações dos bens públicos na América Latina. Sempre é bom lembrar, para as memórias mais fracas, que o ex-presidente do México, Carlos Salinas de Gortari – um dos primeiros a realizar um processo de privatização nas Américas e, elogiado, na época, como um dos melhores presidentes deste continente, apesar de ter perdido as eleições em 1988 e, chegado ao poder através da maior fraude nas apurações dos votos, até aquele momento, já que as recentes eleições do “presidente” Bush concorrem com grandes possibilidades de sucesso ao primeiro lugar - está até hoje escondido em algum país da Europa, devido ao envio de centenas de milhões de dólares para bancos suíços, depositados em seu nome, como recompensa de um processo de privatização de bens públicos mexicanos realizado com “total transparência” e o seu irmão está preso por cumplicidade no assassinato do candidato presidencial Luis Colosio e por ligação direta com o narcotráfico.

### **2:5) Qual a saída para isto**

Para os que ainda acreditam que seria importante lutar pela democracia, o professor Boaventura de Sousa Santos recentemente indicou um caminho, que talvez seja viável.

Afirma que seria necessário reinventar a democracia representativa, com a complementaridade que lhe pode ser dada, através da democracia participativa. Ou seja, revitalizá-la com o sangue sempre novo da participação popular ampla, geral e irrestrita.

Por vários motivos:

O primeiro é porque os cidadãos constroem a democracia participativa nos espaços públicos, revitalizando-os ao organizarem orçamentos participativos, participando de referendos, quando realizam passeatas, conselhos populares ou elaboram instrumentos de formas de vigilância e acompanhamento das políticas públicas. Como os interesses e a lógica que regem este movimento social não é a lógica mercantil, mas de solidariedade, da busca de direitos, ele pode limpar a democracia representativa, separando o mercado econômico do campo político.

Em segundo lugar, pode ocorrer uma revitalização da democracia representativa ao se restabelecer o mecanismo geral de prestação de contas. Segundo o professor Boaventura, os políticos eleitos, para representar a cidadania, possuem a autorização, para isso, dada pelo resultado das eleições e a lisura do processo eleitoral; mas não podem substituir a cidadania. Só que esta autorização só se complementa se houver canais existentes de prestação de contas à sociedade.

Entretanto, na democracia representativa, com o figurino do Consenso de Washington, a prestação de contas só é feita para aqueles interesses mercantis que financiaram com grandes somas de dinheiro as campanhas eleitorais e, que, portanto, têm abertos canais de cobrança posterior. O restante da sociedade, mesmo que o candidato no poder traia o projeto pelo qual foi eleito, só poderá reagir, não votando nele nas próximas eleições. Como nas próximas eleições, ocorrerão novos financiamentos para os diversos candidatos e o plano de governo a ser executado pelo candidato que vencer, nos seus pontos básicos, estará definido pelos órgãos de financiamento internacional,....

Esta proposta do professor Boaventura é um farol importante para analisarmos o que poderá ocorrer, a partir do governo do presidente Lula no Brasil, sabendo-se que boa parte da sua campanha esteve baseada, exatamente, nestes mecanismos de retomada da participação popular, a partir das experiências administrativas que o seu partido já vinha realizando, com especial destaque à Administração da cidade de Porto Alegre.

Esperemos e lutemos, para que dê certo, pois a população deste continente há muito vem demonstrando uma paciência sem limites para com a crueldade dos seus líderes.

Caso contrário, temos duas perspectivas. A primeira tem duas contribuições ilustres:

Uma é dada pelo economista Celso Furtado ao comentar a recente publicação “Estatísticas do Século XX”, do IBGE. Disse ele:

*“Os problemas estão todos expostos. Ninguém tem dúvida de que é preciso desconcentrar a renda, mas ninguém faz isso. O problema é mais de um imobilismo crônico de uma sociedade que não tem vontade de mudar. Aceita-se a problemática, o diagnóstico, respeitam, elogiam, homenageiam, mas depois...”*. Segundo o periódico *Folha de São Paulo*, a afirmativa provocou risos na platéia...<sup>33</sup>

A outra vem do pensador, escritor Luis Fernando Veríssimo numa crônica intitulada “*Na média, ou Bill Gates no restaurante*”. Ele afirma que:

*“Meu saldo bancário junto com o do Antônio Ermírio de Moraes seria um dos mais altos do Brasil. O fato do Antônio Ermírio ser responsável por 98,2% do saldo não afetaria a exatidão da frase. Se eu estivesse num restaurante com outras 15 pessoas e o Bill Gates chegasse para jantar, a renda média dos presentes – a soma da renda de cada um dividida por 17 – se multiplicaria automaticamente e eu estaria matematicamente rico, pelo menos até o Bill Gates ir embora. Antes de me entusiasmar e gritar “Garçom, suspende a Coca ‘Diet’ e traz um Chateau Petrus!”, no entanto, eu deveria meditar sobre os perigos do dado mal examinado e da estatística enganosa”...*

*...“De certa maneira, o fator Bill Gates no restaurante, ou o raciocínio pela média ilusória, é o que tem mantido a paz social no Brasil. Entre os grandes produtores rurais que nunca produziram e ganharam tanto e as hordas de*

*despossuídos no campo, na média estão todos bem. Entre os bancos que nunca lucraram tanto e o comércio e a indústria que penam, na média todos progridem. Entre a décima economia do mundo e a pior distribuição de renda do mundo, na média não está tão ruim assim. Entre os poucos que vivem a doce vida brasileira e os milhões que padecem da nossa desigualdade histórica, na média somos felizes. Entre uma Bélgica e uma Botsuana, na média somos, sei lá... Um Brasil. E Antônio Ermírio e eu, na média, não temos do que nos queixar.”*<sup>34</sup>

A segunda perspectiva? Bem! Talvez seja melhor não aprofundá-la, nem provocá-la muito. Mas como a paciência histórica tem limites...

Sabemos hoje, que a informalidade ocupa o maior espaço nas relações de trabalho do país, tendência ocorrida, em doses maiores ou menores, em diversos países do mundo. Que a “flexibilização” das relações de trabalho, quer dizer “precarização” real. Que o auto-investimento que cada pessoa está fazendo com maior ou menor intensidade, dependendo das suas condições financeiras, buscando a sua “empregabilidade”, na realidade, tendo acesso às últimas análises feitas pelo economista Márcio Pochmann, não garante o acesso a um emprego coerente com este tipo de investimento ou até a qualquer tipo de emprego. Sabemos, também, que os jovens são os mais afetados por este desemprego, mas, que permanecem sendo reconhecidos socialmente, só se forem “jovens de bens”.

Por isso, coerentemente, com esta sociedade democrática representativa, os ramos da economia que mais progridem são o setor financeiro e o narcotráfico. Aliás, recentemente, estudos mostraram que a empresa do narcotráfico é a que melhor remunera os seus empregados, possui o melhor plano de carreira, melhor processo de avaliação. Não por acaso exerce forte atração no meio dos jovens que querem ser reconhecidos socialmente e que querem consumir nos shoppings, como qualquer outro jovem de classe média alta.

<sup>(33)</sup> *Folha de São Paulo*, 30/09/2003, p. Especial-2.

<sup>(34)</sup> VERÍSSIMO, Luis Fernando; *Correio Popular*, 17/08/2003, p. 3.

Para ilustrar melhor o que significa esta alternativa que o Brasil vem construindo, diligentemente, nos últimos anos, recomendamos o acesso a três filmes brasileiros recentes, que devem ser assistidos na seguinte ordem: primeiro, “*A Cidade de Deus*”, onde poderemos verificar como é enorme a preocupação das nossas elites com a formação da infância e adolescência brasileira e como o futuro desses jovens brasileiros está garantido no narcotráfico. Em seguida, *Carandiru*, no qual teremos acesso a uma das melhores escolas de formação e recuperação dos cidadãos brasileiros que tiveram a grande chance de freqüentá-la. E, mais ainda, poderemos ficar admirados com o alto nível de civilidade e de preparo intelectual, moral e ético de algumas elites da política paulista e da corporação militar deste desenvolvido Estado brasileiro. E, por último, *Amarelo Manga*, onde poderemos constatar que aqueles cidadãos que, por ventura, não estejam trabalhando no narcotráfico, ou freqüentando a escola de formação Carandiru, e estiverem no mercado formal ou informal de trabalho, nas condições atuais, devem, num curto espaço de tempo, almejar ou ir trabalhar naquele setor da economia dita informal-ilegal ou, então, ir para um Carandiru, onde pelo menos a “quentinha” estaria assegurada.

A sorte está lançada e ela depende das escolhas que estarão sendo feitas atualmente por todos nós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBEX JR, José; *O Jornalismo canalha – a promiscua relação entre a mídia e o poder*, São Paulo, Editora Casa Amarela, 2003.
- BECK, Ulrich; *Liberdade ou capitalismo*, São Paulo, Fundação da Editora Unesp, 2002.
- BIHR, Alain; *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1998.
- BOURDIEU, Pierre; *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- DEJOURS, Christophe; *A banalização da injustiça social*; Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora, 1999.
- FORRESTER, Viviane; *O horror econômico*, São Paulo, Fundação da Editora Unesp, 1997.
- FORRESTER, Viviane; *Uma estranha ditadura*, São Paulo, Fundação da Editora Unesp, 2001.
- Hobsbawn, Eric; *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- LASH, Christophe; *A rebelião das elites e a traição da democracia*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1995.
- MORAES, Alexandre; *Direito Constitucional*, São Paulo, Editora Atlas S.A., 2004.

